



ACÓRDÃO Nº645/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11606/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas - CIAMA
- 4- **Exercício:** 2017
- 5- **Responsável:** Daniel Vaz de Sá Roriz (Ordenador de Despesa), Antonio Aluizio Brasil Barbosa Ferreira (Ordenador de Despesa), Sidney Galvão Monteiro (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICA
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 7954/2019-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas - CIAMA. Exercício de 2017.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Companhia de Desenvolvimento do Estado - CIAMA, referente ao exercício de 2017 (U.G: 15505), de responsabilidade do Senhor **Antonio Aluizio Brasil Barbosa Ferreira**, Diretor-Presidente do CIAMA e Ordenador de Despesas, no período de **01.01.2017 a 25.01.2017**, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.2. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Companhia de Desenvolvimento do Estado - CIAMA, referente ao exercício de 2017 (U.G: 15505), de responsabilidade do Senhor **Sidney Galvão Monteiro**, Diretor-Presidente do CIAMA e Ordenador de Despesas, no período de **25.01.2017 a 26.10.2017**, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 –



ACÓRDÃO Nº645/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.

- 10.3. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Companhia de Desenvolvimento do Estado - CIAMA, referente ao exercício de 2017 (U.G: 15505), de responsabilidade do Senhor **Daniel Vaz de Sá Roriz**, Diretor-Presidente do CIAMA e Ordenador de Despesas, no período de **27.10.2017 a 31.12.2017**, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.4. Dar quitação** ao Senhor **Antonio Aluizio Brasil Barbosa Ferreira**, Diretor-Presidente do CIAMA e Ordenador de Despesas, no período de 01.01.2017 a 25.01.2017, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.
- 10.5. Dar quitação** ao Senhor **Sidney Galvão Monteiro**, Diretor-Presidente do CIAMA e Ordenador de Despesas, no período de 25.01.2017 a 26.10.2017, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.
- 10.6. Dar quitação** ao ao Senhor **Daniel Vaz de Sá Roriz**, Diretor-Presidente do CIAMA e Ordenador de Despesas, no período de 27.10.2017 a 31.12.2017, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.
- 10.7. Determinar à ORIGEM** que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:
- 10.7.1.-** Não adoção dos procedimentos descritos na NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, demonstrando a falta de adoção da legislação vigente quanto aos valores demonstrados no Balanço Patrimonial;
 - 10.7.2.-** Não realização dos cálculos de Equivalência Patrimonial e respectivas atualizações quanto ao investimento feito na empresa Maniva Agroindustrial da Amazônia Ltda.;
 - 10.7.3.-** Realização indevida de contabilização e consequente capitalização dos recursos recebidos em seu Capital, podendo resultar em incorreções quanto ao seu Ativo e quanto ao seu Patrimônio Líquido;



ACÓRDÃO Nº645/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.7.4.- Existência de uma relação de aditivos de contratos celebrados sem qualquer demonstração da manutenção da vantajosidade econômica de renovação destes ajustes, bem como que se tratam de serviços contínuos;

10.7.5.- Justificativas, referentes ao contrato de aluguel firmado com a Construtora Setentrional Ltda, quanto aos sucessivos aditivos, à vantajosidade da prorrogação contratual, à compatibilidade com os preços praticados no mercado, à retenção de tributos, à razão da dispensa da licitação, bem como demonstrar a economicidade, legalidade e a legitimidade de se manter durante tantos anos o respectivo contrato, em potencial afronta aos arts. 29, inciso V cc/ art. 71, inciso II da Lei 13.303/16;

10.7.6. Precariedade dos mecanismos de transparência (art. 48-A da LRF e arts. 8º e 88 da Lei nº 13.303/16);

10.7.7. Deficiência na Escrituração (art. 50 da LRF).

10.8. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

Vencida a proposta de voto do Relator pela irregularidade das contas, multas e determinações, o qual foi acompanhado pelo Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

11- Ata: 18ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 24 de Junho de 2020

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1 – Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Redatora

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral